

EIXO CAPITAL



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Arquivo Pessoal



Michel deve ser o próximo presidente do Tribunal de Contas do DF

Sem disputa ou embates, o conselheiro Márcio Michel será o próximo presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), para o biênio 2023-2025. A eleição está prevista para 15 de dezembro, mas deve ser com candidatura única. Ex-delegado da Polícia Civil do DF e ex-deputado distrital, Michel está há sete anos na corte e nunca assumiu a presidência, apenas a vice. O atual presidente, Paulo Tadeu, não pretende concorrer à reeleição. Em novembro, serão definidos os demais cargos do TCDF, como vice-presidente, corregedor e presidente da Escola de Contas Públicas.

Prestação de contas

O conselheiro Márcio Michel deve levar em novembro para apreciação do plenário do Tribunal de Contas do DF as contas do governo Ibaneis Rocha (MDB) no exercício de 2021. As deste ano que serão analisadas em 2023 tramitam sob a relatoria do conselheiro Renato Rainha.

Minervino Junior/CB/D.A Press

Pauta animal

Chamou a atenção de políticos do Distrito Federal a votação do deputado distrital Daniel Donizet (PL), reeleito com 33.573 votos. Foi o quarto mais votado entre os candidatos à Câmara Legislativa, com uma pauta voltada para a defesa dos animais. A bandeira agora será vista com mais interesse pelos políticos.



Reprodução/Instagram



Carta de apoio a Lula

O advogado Evandro Pertence representou o pai, o ex-procurador-geral da República e ex-presidente do STF Sepúlveda Pertence, no ato em defesa da democracia em que juristas, estudantes e outros operadores do direito declaram apoio ao ex-presidente Lula. Pertence se submeteu a uma pequena cirurgia e está de repouso por orientação médica. “É com plena convicção que manifesto o meu apoio ao presidente Lula. Nossa jovem democracia demanda a honestidade, o afincamento e a determinação que confio intensamente há de vir da eleição de Lula à Presidência da República”, diz a carta lida por Evandro Pertence. “A eleição de Lula hoje representa a própria personificação da democracia brasileira”, afirmou o ministro que foi advogado de Lula.

Luis Tajés/CB/D.A Press



Campanha valeu

Entre petistas, há uma avaliação de que a participação de Agnelo Queiroz na campanha foi positiva, mesmo com o indeferimento pela Justiça Eleitoral de sua candidatura a deputado federal. É que Agnelo teve oportunidade de defender o legado de seu governo com o eleitorado, debater propostas e puxar votos que podem ter migrado para outros candidatos da federação PT-PV-PCdoB. Na última hora, Agnelo declarou apoio a Ruth Venceremos (PT) que pode ter crescido com essa ajuda. Ela conquistou 31.538 votos. Agnelo continua agora engajado na eleição de Lula.

Por mais espaço feminino

O Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal (Sinpol-DF) ajuizou uma ação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) para permitir que policiais civis e bombeiras lactantes participem do Serviço Voluntário Gratificado (SVG). Hoje a possibilidade é negada. Na visão do Sinpol-DF, a medida entra em conflito com a lei que criou o serviço. Em seu artigo 7º, a lei estabelece que a policial ou a bombeira lactante têm direito à liberação de duas horas para amamentação, dentro da jornada de trabalho e sem qualquer redução de direitos, até os primeiros 24 meses de vida da criança.

A voz da experiência

O deputado distrital eleito Max Maciel representa, assim como Fábio Félix, a renovação no PSol. Mas ele garante que em seu mandato na Câmara Legislativa vai ouvir a voz dos políticos experientes de seu partido, a ex-deputada Maria José Maninha (foto) e Toninho do PSol. O casal não quis concorrer nesta eleição, mas participou da campanha.

Arthur Menescal/Esp. CB/D.A Press



Em outra vibe

Desde o resultado do primeiro turno, a deputada Flávia Arruda (PL-DF) se recolheu. Como presidente regional do PL, ela participou de uma reunião com os quatro distritais eleitos, mas não tem feito campanha para o presidente Jair Bolsonaro no segundo turno.

ED ALVES/CB/D.A.Press



“Pegaram aqueles coitadinhos, aqueles riquinhos... queimaram vivo dentro de pneus. É isso que esses estudantes alienados, filhos de papai que tem grana, merecem”

Deputado federal Bibó Nunes (PL-RS), ex-reitor da Universidade de Santa Maria, sobre estudantes gaúchos que fizeram ato de campanha em favor do Lula

“A degradação ética e o culto à violência no Brasil de hoje são tais que um deputado se sente autorizado a dizer que estudantes de universidades federais merecem ser queimados vivos. Em um país civilizado ele teria pudor de expelir em público semelhante aberração”

Procurador regional da República Wellington Saraiva

Reprodução da internet/Facebook

MPF/Divulgação

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | JORGE VIANNA | DEPUTADO DISTRITAL REELEITO (PSD)

Aos *CB.Poder*, o parlamentar avalia que os hospitais públicos precisam de mais autonomia para usarem o dinheiro de emendas de deputados a fim de melhorar o atendimento à população. Proposta é de que o modelo seja semelhante ao aplicado na Educação

“Não se pode reformar um banheiro”

» ARTHUR DE SOUZA

Releito deputado distrital nas eleições de 2022, o enfermeiro Jorge Vianna (PSD) defende maior autonomia para os diretores de hospitais públicos gastarem com pequenas despesas urgentes, assim como ocorre nas escolas do governo. Em entrevista à jornalista Ana Maria

Campos, o parlamentar argumentou que o dinheiro obtido por meio de emendas só pode ser utilizado para comprar remédios. “Temos que desburocratizar isso, o governador tem que ter esse olhar”, ponderou, durante o programa *CB.Poder* — parceria do *Correio* com a TV Brasília.

Qual vai ser a sua posição em relação ao governo Ibaneis?

Quando aconteceu de o Paulo Otávio decidir sair candidato, é lógico que eu sou de time, sou de partido. E eu escolhi o PSD por acreditar no PSD. Falei que íamos ficar juntos, mas sem ataques, sem nada contra o governador. O governador realmente trabalhou muito. Tanto é que as urnas provaram isso. Então, não poderíamos fazer aquela campanha de ataque, essa campanha de revanche e de competição. Eu sempre tive uma relação respeitosa com o governador Ibaneis. Ele me respeita porque ele sabe

que eu não chego no gabinete para pedir nada pessoal, chego para pedir coisas para a saúde. Tanto que ele até já declarou isso. Neste mandato, eu vou cobrar mais para que a gente efetive, inclusive, leis que eu fiz. Eu fiz uma lei que garante o remédio para as pessoas: quando não tem o remédio na farmácia pública, esse paciente pode pegar na farmácia privada e quem vai pagar a conta é o GDF, porque está na Constituição.

O que a sua lei prevê exatamente?

Quando se precisa de uma

Ed Alves/CB/D.A Press



UTI pública, a pessoa entra na Justiça e ela manda contratar uma UTI privada. É o mesmo princípio. Quando a pessoa vai à farmácia pública e não tiver o medicamento, ela vai à farmácia privada. Só ela deve estar credenciada, e o valor do medicamento tem que ser aceitável pela Secretaria (de Saúde).

Na sua opinião, a gestão da saúde, nesses últimos quatro

anos, vale que nota? E o que precisa melhorar?

Seis, mas se vacilar um pouquinho, cai. Muita coisa aconteceu, isso é fato. Muita coisa melhorou, mas a gente não vê isso concretamente. É muita burocracia. Eu fiz uma lei, junto ao deputado Delmasso, em que a gente mudava a forma de mandar as emendas para o Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde (PDPAS).

Hoje, tem um limite de valor para cada gestor comprar, são cerca de R\$ 17 mil. A gente queria mudar, fazendo os mesmos moldes do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf) da Educação, em que o diretor pode comprar ar-condicionado, fazer uma quadra e reformar um banheiro. Na saúde, o diretor do hospital não pode comprar um ar-condicionado com o dinheiro que a gente manda, porque são bens.

Fica preso a uma burocracia para liberar coisas urgentes?

Pois é, eu não entendo isso. Porque, na Educação, o diretor compra ar-condicionado, computador e o que estiver precisando. Quantos computadores e quadros eu comprei na Educação, com emendas parlamentares. Na Saúde, não. A gente só pode mandar dinheiro para comprar remédio. E, detalhe, cada item de remédio só pode comprar até R\$ 17 mil. Então, quero que o governador mude isso imediatamente. Faça os mesmos moldes da Educação.

Precisa de alguma lei para isso?

Nós fizemos essa lei, mas ela foi vetada. Porque, provavelmente, é algo que deve partir do Executivo, pois a Saúde é uma organização administrativa do Executivo. Mas, se a gente fez ela e éramos da base, o governador poderia ter feito outra para tramitar em conjunto. Então, o que a gente quer é isso, desburocratizar e destravar. Tenho certeza que, assim, as emendas que os deputados mandarem serão melhor aproveitadas e darão resultados de forma mais rápida. Temos que desburocratizar isso, o governador tem que ter esse olhar.

O Brasil, os políticos e a população estão todos nessa expectativa do segundo turno. Está tudo parado, esperando uma decisão no próximo dia 30. Para quem o senhor está torcendo?

Bolsonaro. Primeira vez que eu falo isso, inclusive. Agora, eu acho que vai ser muito apertado. Vai ser difícil. Quem ganhar, não vai ficar com uma diferença maior do que 500 mil votos no Brasil inteiro.